

PGGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 41

Dezembro - 2012

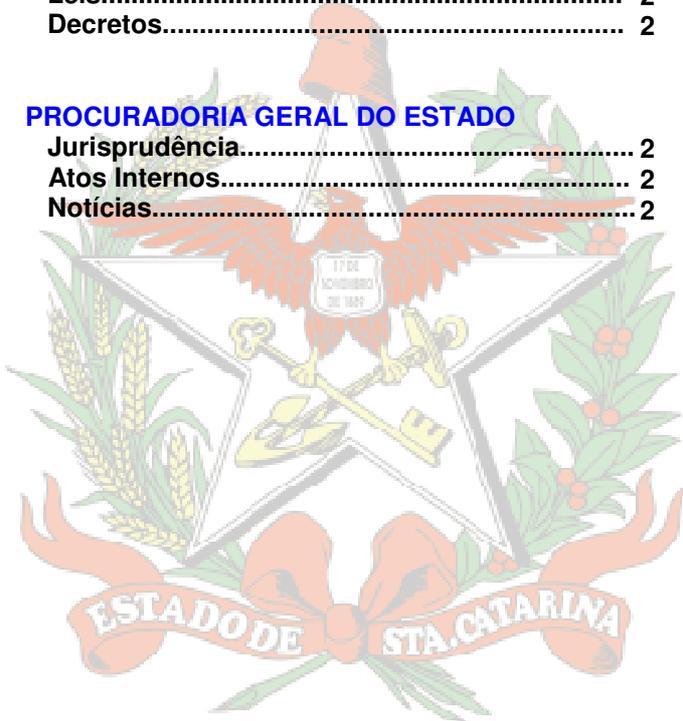
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	2
Notícias.....	2



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO
João dos Passos Martins Neto

SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO**ESTADUAL***Leis***LEI COMPLEMENTAR Nº 581, de 20 de novembro de 2012**

Cria cargos de Desembargador no Tribunal de Justiça, altera dispositivos da Lei Complementar nº 367, de 2006, e adota outras providências.

LEI Nº 15.902, de 20 de novembro de 2012

Autoriza o Estado de Santa Catarina a prestar garantia em operação de crédito a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

LEI Nº 15.903, de 20 de novembro de 2012

Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

*Decretos***DECRETO Nº 1.249, de 20 de novembro de 2012**

Altera dispositivo do Decreto nº 2.128 de 20 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre o alcance dos regimes de tributação relacionados à importação de mercadorias.

DECRETO Nº 1.250, de 20 de novembro de 2012

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento à conta de "Despesa de Exercício Anterior", em cumprimento às normas de Direito Financeiro, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.251, de 20 de novembro de 2012

Altera dispositivos do Decreto nº 1.127, de 5 de março de 2008, que dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo estadual, pelo deslocamento temporário da localidade onde tem exercício, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.260, de 20 de novembro de 2012

Altera dispositivo do Decreto nº 3.754, de 22 de dezembro de 2010, que institui normas e critérios para o reconhecimento de laboratórios ou prestadores de serviços de análises ambientais que apresentem qualquer tipo de documento, laudos, certificados de análises, pareceres ou relatórios que serão submetidos à Fundação do Meio Ambiente (Fatma) para qualquer fim.

DECRETO Nº 1.264, de 22 de novembro de 2012

Estabelece ponto facultativo nos órgãos e nas entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

DECRETO Nº 1.278, de 28 de novembro de 2012

Estabelece a composição do Conselho Editorial do Programa "Cem Cópias Sem Custo" e outras providências.

DECRETO Nº 1.279, de 28 de novembro de 2012

Institui a Medalha Coronel Carlos Hugo Stockler de Souza, comemorativa do cinquentenário do Serviço de Salvamento Aquático do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.280, de 28 de novembro de 2012

Institui a Medalha Comemorativa dos 25 Anos do Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**JURISPRUDÊNCIA****SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 32.760 - SC

Relator: Ministro Benedito Gonçalves

Recorrente: Gerd Lange e outros

Recorrido: Estado de Santa Catarina

Publicação: 23 de novembro de 2012

Processual Civil e Administrativo. Recurso em Mandado de Segurança. Servidor Público Estadual. Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI). Atualização pelos mesmos índices dos reajustes gerais dos vencimentos-base ou proventos. Obrigatoriedade a partir da LC 323/2006. Aplicação aos reajustes anteriores. Impossibilidade. Recurso Ordinário a que se nega seguimento.

ATOS INTERNOS**PORTARIA GAB/PGE Nº 51/2012, de 12 de novembro de 2012**

Resolve que nos processos de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a atuação na fase recursal é atribuição do órgão de execução central ou Regional que atuou em primeiro grau. Aos órgãos de execução centrais compete a interposição de recursos das decisões da Turma de Uniformização, bem como o acompanhamento da respectiva sessão de julgamento. Compete aos órgãos de execução centrais a representação do Estado perante a Turma de Recursos do Juizado Especial da Fazenda Pública Federal.

NOTÍCIAS**Procuradores do Estado fazem reunião na Capital**

Procuradores de Estado de Santa Catarina realizaram encontro nos dias 29 e 30 de novembro, no auditório do Deinfra, no centro de Florianópolis. Objetivo foi fazer um balanço das atividades de 2012, apresentar experiências inovadoras e também realizar encontros setoriais.

A abertura, na tarde de quinta-feira, ficou a cargo do procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto. Durante os dois dias aconteceram reuniões setoriais de diversas áreas da Procuradoria Geral do Estado, como Procuradoria Fiscal, Procuradoria do Contencioso e Consultoria Jurídica.